



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO

**PORTARIA nº 139 – de 04/06/2018**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 72, inciso VII, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, com a redação dada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011, e art. 3º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 4.778, de 11 de outubro de 2006,

Considerando o disposto na Portaria SDS nº 25, de 3 de agosto de 2006 e nas Resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH nºs 02 e 03, ambas de 14 de agosto de 2014;

Considerando que a outorga de direito de uso de recursos hídricos tem por objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e disciplinar o exercício dos direitos de acesso à água, bem como garantir a prioridade ao abastecimento da população e a dessedentação de animais;

Considerando a solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos requerida por Município de Bandeirante, situada na Linha Getúlio Vargas, s/n, no interior do Município de Bandeirante/SC, Processo DSUST 0483/2018,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Outorgar o Direito de Uso de Recursos Hídricos ao Município de Bandeirante**, CNPJ nº 01.612.528/0001-84, a captação de água subterrânea, em poço tubular profundo, com as seguintes características:

- I – coordenada geográfica do ponto de captação:  
26°43'34"-S e 53°36'01"-W;
- II - vazão máxima captada por hora: 4,61 m³/hora;
- III - volume máximo diário captado: 69,22 m³/dia;
- IV – finalidade do uso: uso como abastecimento de uma comunidade com 460 indivíduos;
- V - regime de operação: captação diária, 15 horas por dia;
- VI - Bacia Hidrográfica onde se situa a captação: Rio Peperi-Guaçu;
- VII - Região Hidrográfica: RH 01 – Extremo Oeste;
- VIII – manancial (aquífero): Formação Serra Geral.

**Art. 2º A Outorga de Direito de Uso dos recursos hídricos, objeto desta Portaria:**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO

I - Tem prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de publicação do extrato desta Portaria, podendo ser renovada mediante apresentação de requerimento à SDS, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade;

II - poderá ser revogada ou suspensa a qualquer tempo, independentemente de indenização, nos casos expressos nos artigos 42 e 43 do Decreto nº 4.778, de 11 de outubro de 2006;

III - poderá ser revista conforme ocorra alteração dos critérios de outorga;

IV - obriga o outorgado a recolher os valores referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, quando exigível.

Art. 3º A captação deverá ser operada de modo a garantir a qualidade da água e a preservação ambiental, respeitando também as seguintes condicionantes:

I - observar a recomendação técnica de melhoria na eficiência dos processos de captação, tratamento e distribuição, visando à redução do desperdício e a sobre-exploração do poço;

II - atender a legislação em relação ao uso a ser dado para a água captada, em especial a Portaria do Ministério da Saúde nº 05 de 28 de setembro de 2017, quando tratar-se de água destinada ao consumo humano;

III - existência permanente e em perfeito funcionamento, de equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas e quando solicitado, deverá enviar o relatório operacional do poço, ao órgão gestor de recursos hídricos.

Art. 4º O lançamento de efluentes deverá obedecer aos critérios e parâmetros estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 357, de 17 de março de 2005, alterada pela Resolução CONAMA nº 397, de 03 de abril de 2008, e alterada e complementada pela Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.

Art. 5º Esta Outorga de Direito de Uso não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º As informações sobre o empreendimento são de exclusiva responsabilidade do outorgado, sendo que as infrações e penalidades se encontram caracterizadas nos artigos 45 a 49 do Decreto nº 4.778, de 11 de outubro de 2006.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação do respectivo extrato.

**FABIO LIMA**  
Secretário Adjunto de Estado